

Facilidades para estados

■ FH autoriza empréstimo externo, que garantirá recursos para pagar vencimentos de dezembro e o 13º salário do funcionalismo

Josemar Gonçalves —

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem ao senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que vai autorizar os governadores a contratarem empréstimos externos para que possam equilibrar as contas dos estados. Com isso, os estados garantirão recursos para pagar os vencimentos de dezembro e o 13º salário do funcionalismo. Bezerra anunciou a medida após um café da manhã com Fernando Henrique, o presidente do Senado, José Sarney, e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, no Palácio da Alvorada.

A medida é considerada desastrosa por técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional. Com base na experiência da secretaria, os técnicos afirmam que, mesmo que a contratação não envolva a garantia do Tesouro Nacional, a União se torna sempre a última responsável no caso de empréstimo externo. De acordo com Bezerra, as garantias para os contratos serão o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a arrecadação do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Bezerra disse que Mato Grosso, Alagoas e Mato Grosso do Sul já negociam esses empréstimos. O governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, acredita que conseguirá um empréstimo para pagamento em três anos, com taxa de juros de 10,5% ao ano. Nas linhas de crédito anunciadas pelo governo há duas semanas, os juros são de 3,4% ao mês.

Facilidades — O senador acrescentou que o presidente concordou em aumentar de 4% para 5% o percentual máximo da receita



Fernando Henrique: dinheiro fácil e barato em troca da aprovação do Fundo de Estabilização Fiscal

mensal que o estado poderá comprometer no pagamento dos empréstimos federais. Além disso, o empréstimo destinado ao financiamento das despesas administrativas dos estados poderá ser pago após seis meses de carência. Na anunciada linha de crédito para financiar programas de demissão de funcionários, o prazo de pagamento será ampliado de 18 para 36 meses, desde que não ultrapasse a data de 31 de dezembro de 1998, quando terminam os mandatos do presidente da República e dos governadores.

Outra promessa do presidente, segundo Bezerra, foi de que os estados poderão estender os pagamentos das Antecipações de Receitas Orçamentárias (AROs) para 36 meses, em lugar de 24, como havia

anunciado o Ministério da Fazenda. Segundo o senador, o ministério "ajudará" o estado a ampliar o prazo quando a ARO pertencer a um banco privado. Nem o senador nem seus assessores conseguiram explicar como isto ocorrerá.

Confirmação — No início da noite, o porta-voz do Palácio do Planalto, embaixador Sérgio Amaral, confirmou o acordo que dá "condições mais flexíveis" para os estados equilibrarem suas contas. Amaral disse ainda que, com as facilidades concedidas, o governo espera que o Senado mantenha a obrigatoriedade de os estados comprometerem, no mínimo, 11% de suas receitas líquidas para pagar dívidas com a União. Em troca do apoio financeiro aos estados, o go-

verno também conta, segundo Amaral, com a aprovação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) pelo Senado Federal.

José Sarney é um dos principais adversários do FEF, que, se for aprovado, substituirá o Fundo Social de Emergência (FSE) a partir de 1º de janeiro. Bezerra, que é relator de projetos que alteram o pagamento das dívidas dos estados com a União, disse que manterá o limite mínimo desta despesa em 11% da receita mensal, conforme negociação ocorrida em 1993. O senador ameaçava propor a redução do limite, fixado em lei, para 7% das receitas líquidas, caso o governo não voltasse a negociar a ajuda aos estados.